

O SILÊNCIO DE J. J. ROUSSEAU - (MONTESQUIEU, SOTTO VOCE): Enigma e Breve Comentário

*THE SILENCE OF J. J. ROUSSEAU - (MONTESQUIEU, SOTTO VOCE):
Enigma and Brief Comment*

À memória de Gilda Rocha de Mello e Souza, amiga desde os primeiros tempos da Faculdade em Assis. Para Davi Arrigucci Jr

Luiz Antonio de Castro Santos

Vivemos tempos difíceis, quando cenários outrora conhecidos de sofrimento humano e impacto demográfico se apresentam, novamente marcados a ferro e fogo sobre a cidade, como em um crepúsculo interminável.

Na história dos homens já se escreveram milhares de páginas sobre a , devastação aberta por epidemias, a perda incontável de vidas, pessoas enfermas em seus lares, hospitais tomados até o máximo de seus recursos de cura e de cuidados, equipes médicas e de enfermagem esgotadas e incansáveis.

Apenas pouco anos antes da tragédia da Gripe chamada Espanhola, uma das telas de Edvard Munch, “Perto da leito da morte”, antecipa a dor, o sofrimento, diante de um tempo cruel na Europa – não só no continente europeu, mas em imensas áreas em todo o mundo. Não é raro que se escrevam capítulos da história das epidemias, focalizados no século XIX e após. O século XVIII não esteve, entretanto, como em tantas e inúmeras épocas históricas, afastado de tormentas epidêmicas. A filosofia dos grandes Rousseau e Montesquieu se projetou no século XVIII, quando a presença ameaçadora e persistente de epidemias marcava o cotidiano das populações a quem se dirigiam os filósofos franceses.

Até mesmo os rebanhos, mantidos em vastas áreas como uma reserva alimentar crítica, foram atacados por uma peste. Na França, a “Rinderpest” acometeu as manadas durante todo o século XVIII. As

populações nas cidades e campos eram atingidas pela tuberculose, em caráter epidêmico, ao longo daquele século e no seguinte. A historiadora Élise Lipkowitz⁸⁶ nos remete ao que ela chamou de “public trepidation” e resistência da população francesa, e europeia de modo geral, em relação à eficácia e segurança da inoculação. A avaliação de riscos se fez presente, iretamente, no debate sobre a inoculação para combate à varíola na França, durante o século XVIII. Lembra ainda Lipkowitz que os primeiros modelos matemáticos sobre a propagação de doenças infecciosas datam da segunda metade dos anos de 1750, impulsionados pela crise sanitária.

O quadro epidemiológico da época, conquanto gravíssimo, não encontrará nos filósofos e pensadores uma reflexão atenta. A história das epidemias parece desenrolar-se alheia à inquietação e à perscrutação de ensaístas e observadores da política e do social. Tracemos brevemente os acontecimentos marcantes dessa época, diante dos quais uma cortina de silêncio se fechou: em 1720 e 1721, a “*épidémie de peste à Marseille*”; em 1743, a epidemia de peste bubônica na Sicília; em 1775 e 1776, o surto epidêmico de “*influenza*” na Inglaterra; em 1778, a mortalidade por febre amarela na Espanha. Os números são sempre alarmantes: a peste bubônica havia dizimado mais de 100 mil franceses; em 1800, a febre amarela já acarretara mais de 60 mil mortes na Espanha.

O cenário é desolador; mas, como assinalamos, não tem reflexos duradouros no pensamento social da época. Alguns breves indícios – passageiros! -- devem ser apontados: Montesquieu, segundo o historiador Alain Garrigou (fr.m.wikipedia.org) deveria ter dedicado maior atenção à relação entre as vias de comércio e o itinerário da peste, ele que assistiu, aos 31 anos, à incursão epidêmica em Marselha. “*La peste ... son siège principal est en Égypte, d’où ele se répand dans tout l’univers. On a fait dans tous les États de l’Europe de très bons règlements pour l’empêcher d’y pénétrer (Les Lettres Persanes)*”. Sem dúvida, apenas um breve comentário; mas Montesquieu voltou seu olhar a tais cenários desoladores. No horizonte ou na visão de Voltaire, então com 26 anos e

⁸⁶ Lipkowitz E. The Physicians' Dilemma in the 18th-Century French Smallpox Debate. *JAMA*. 2003;290(17):2329–2330. doi:10.1001/jama.290.17.2329

conhecido por sua peça de teatro levada à Comédie Française, Oedipe, em novembro de 1718, não haveria espaço para a reflexão sanitária.

Em boa parte, a pouca atenção dos pensadores europeus às pestes e razias que dizimavam as populações se explicava por sua própria origem nos estratos mais altos da sociedade, a exemplo da extração burguesa de um Voltaire (ou mesmo de um Rousseau?) ou da proximidade à nobreza de um Montesquieu⁸⁷. Os socialistas “utópicos” que os sucederam tampouco fizeram da saúde das populações uma questão crucial. (Marx se basearia bem mais tarde nas matérias da imprensa londrina sobre cólera, como em textos de The Westminster Review e Lancet sobre a epidemia de 1854 em Londres).

A análise cuidadosa de uma das maiores estudiosas da obra rousseauiana, Judith N. Shklar (1928-1992), professora durante longos anos na Faculty of Arts and Sciences em Harvard, se revela em capítulo dedicado à “politics of prevention” (Men and citizens, Cambridge U. Press, 1969). Sua abordagem do tema da prevenção, contudo, é decepcionante, pois não trata de temas de saúde pública, cruciais para a população do século das “Luzes” O que está em tela, em seu estudo, é algo diverso e surpreende ou afasta o leitor, ansioso pelo foco sobre a questão urbana no século XVIII, ao modo de François de Dainville (« Grandeur et population des villes au XVIIIe siècle », Population, vol. vol. 13, no. 3, 1958, pp. 459-480). “One nation, indivisible”, é o título do capítulo de Shklar sobre “preventive politics”. Indivisível, “no less”, mas até que ponto uma nação integralmente unificada, una? Para Rousseau, o cidadão não deveria ser parte indivisível da multidão, como ocorre em Paris e outras grandes cidades, nas quais, em sua análise surpreendente e atual, “a respiração do homem é fatal” ao outro. Deveriam se encontrar regularmente, “mas viver separados” (p. 174). Uma geografia agrária, por assim dizer, ou uma cartografia do rural, seria preferível ao mundo urbano. Seja como for, a possibilidade de “opting out”, de deixar a

⁸⁷ Sobre Rousseau: “les membres de la famille Rousseau appartenaient à la bourgeoisie” (Eugène Ritter, “Isaac Rousseau, le père de Jean-Jacques”, Revue Internationale de l’Enseignement 1891 (21) : 110-112).

morada, deveria existir sempre; ninguém se prende a um contrato social sem que o aceite ou endosse. O papel do Soberano e do Legislador é peculiar, para permitir, ou impedir, o exercício dos direitos e deveres da vida em sociedade (p. 166). Há períodos de crise política, ou de crise na saúde pública, quando o cidadão não é, então, completamente livre para abandonar a polity. Se considerarmos as atuais campanhas mundiais de vacinação anti- epidêmica, “opting out” tem um custo, seja para o cidadão, sua família, ou toda a comunidade. “No one is bound by (a) contract who has not agreed to it. All contracts say that. Few mean it”. Um contrato, sob o ângulo da saúde pública, torna-se “letra morta” se os que por ele se regem não estipulem as condições de sua vigência. O cidadão se insere em um quadro social no interior do qual seus interesses devem ser considerados e preservados; para Rousseau, súdito e soberano pareceriam se correlacionar e se aproximar no termo “cidadão”, se suas reflexões se voltassem para a proteção diante de epidemias em seu próprio tempo.

O silêncio de Rousseau sobre a população atingida por epidemias naquele século não é menos lamentável que a abordagem que chamamos de “decepcionante”, na construção da obra e particularmente na análise política de Judith Shklar, que silencia sobre a ausência do tema no pensamento do filósofo. Mais de vinte anos passados, o grande crítico paulista Bento Prado Jr. dedicou um ensaio a Rousseau visto pelo olhar “transparente” do filósofo Jean Starobinski (1920-2019). Segundo a opinião de Prado Jr. (“Starobinski penetra no silêncio de Rousseau”, Folha de São Paulo, 11/01/1992, p. 6-3), o autor é extremamente sensível e atento àquele silêncio; mas, insistimos, tampouco aborda o tema pelo ângulo da saúde pública. Tal como na obra de Shklar, não há qualquer menção ao surpreendente silêncio de Rousseau em relação às epidemias que assolavam seu país.

Voltemos nossa atenção a Montesquieu. Foi o crítico marxista Louis Althusser quem sublinhou “la place privilégiée” que ocupa a nobreza nos escritos do pensador. Se buscarmos as razões para a omissão em relação às epidemias em seu século, vamos encontrar novamente o foco de

análise para além e acima da “grandeza” emergente do fenômeno urbano destacado por De Danville, autor que parecia, inexplicavelmente, desconhecer crises sanitárias! Nas teorias de Montesquieu, ocuparam lugar central as “batalhas ideológicas e políticas” entre a coroa, a nobreza e a burguesia, como acentua Giada Pistilli, em seus estudos de filosofia política na Sorbonne (Paris IV). Contudo, em suas reflexões, ou em seu leque temático de pesquisas e ensaios críticos, parece não ter havido espaço para as epidemias, como se jamais tivessem ocorrido (Université Paris- Sorbonne – Philosophie Politique et Éthique).

Não há como ignorarmos as implicações do pensamento filosófico da época, para nossos propósitos. Se a epidemia em Marselha envolveu por fim toda uma nação fragilizada, como sucedeu em 1720 e 1721, como explicar o silêncio de pensadores como Jean Jacques Rousseau e Montesquieu? À luz do pensamento filosófico do século XVIII pouco significava ser um cidadão, se o tema de “direitos” era desconhecido ou situava-se à margem da existência urbana ou, ainda, eram postos à prova pela peste bubônica – fosse na França, ou na Sicília? Ou pela febre amarela na Espanha?

É praticamente já na virada do século que, por um ângulo talvez insuspeito, o fenômeno epidêmico é visto pelo impacto populacional, ou, ainda, é a questão populacional que se associa, nos debates daquele tempo, à emergência de epidemias, à proliferação de enfermidades e à pobreza. É sobretudo à luz da segunda aceção que, em 1798, a palavra de um clérigo anglicano, Thomas Robert Malthus, se projeta no cenário europeu com a publicação e ampla divulgação de seu *Essay on the principle of population*. Revistas científicas (ou que tangenciavam a narrativa científica, sempre a menor ou a maior distância de questões populacionais e epidêmicas) como *The Edinburgh Review* ou *The Westminster Review*

SOBRE O AUTOR

Luíz Antônio de Castro Santos

Professor Visitante Sênior, Departamento de Sociologia, Universidade do Estado do Maranhão – UEMA, São Luís do Maranhão.

GUARIMÃ

Revista de Antropologia & Política

Patrícia Maria Portela Nunes & Cynthia Carvalho Martins

Editorial da Revista de Antropologia e Política

ARTIGOS

Henri Acelrad – Biodiversidade: uma genealogia política (biodiversity: a political genealogy)

Eliane Cantarino O'Dwyer; Diego Pérez Ojeda del Arco; Luciana Railza Cunha Alves; Marcos Antonio Silva dos Santos – Agronegócios, desmatamentos e os quilombos do baixo amazonas (Agribusiness, deforestation and the quilombos of the lower amazon)

Oslvado Martins de Oliveira; Rosa Maria Martins de Oliveira - Comunidade quilombola córrego do alexandre – es: território de saberes e tradições festivas (Quilombola community córrego do alexandre – es: territory of knowledge and festive)

Deborah Duprat; Eloy Terena - O genocídio indígena atual (The current indigenous genocide)

DEBATES ANTROPOLÓGICOS

Alfredo Wagner Berno de Almeida - A DERROCADA DA PAX LUSITANA: repertório de críticas de Marvin Harris a Gilberto Freyre a partir do processo de descolonização de Moçambique ()

Marvin Harris - as “alas” africanas de portugal

ENSAIOS

Luís António de Castro Santos - O SILÊNCIO DE J. J. ROUSSEAU - (MONTESQUIEU, SOTTO VOCE): Enigma e Breve Comentário (THE SILENCE OF J. J. ROUSSEAU - (MONTESQUIEU, SOTTO VOCE): Enigma and Brief Comment)